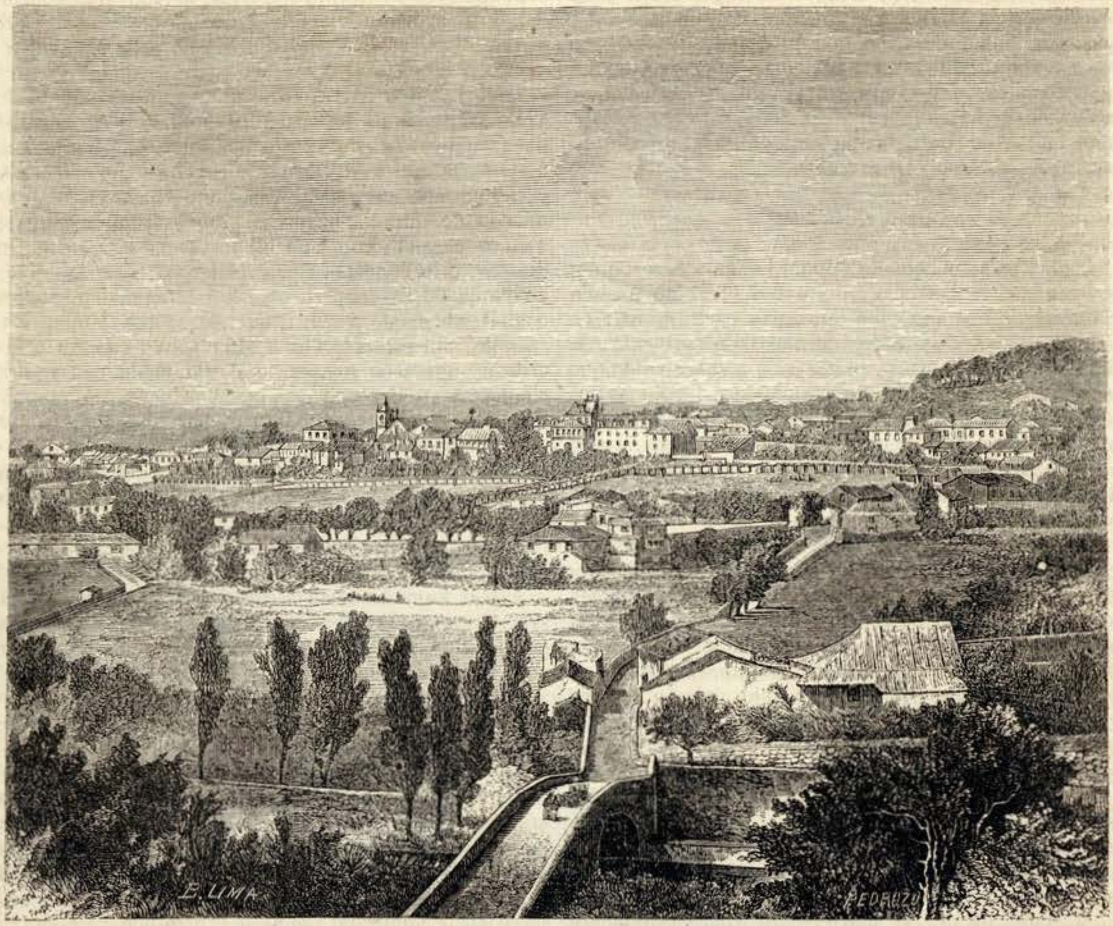


Vista geral da villa da Louzã

VILLA DA LOUZÃ

I

Está situada a villa da Louzã no districto e a 20 kilometros SE. de Coimbra, em formosissimo valle de 5 kilometros de largura sobre 8 ou 10 de extensão, e rodeada pela serra que tem o mesmo nome, e é um dos mais admiraveis ramos da gigante cordilheira da Estrella.

O ponto mais alto da serra da Louzã, a que chamam o *Altar do Trivim*, acha-se a mais de 680 metros acima do nivel do mar. Formada de diversos montes que se vão sobrepondo, com boa accidentação e cópia de agua, que vem fertilisar os campos que se dilatam das suas faldas, a serra é accessivel por muitas partes, mas o melhor caminho que da villa conduz ao Altar, sem todavia deixar de ser escabroso, não tem menos de 10 kilometros de comprimento.

Para gozar, porém, a formosura do valle, não é mister subir a tamanha altura. Quem, na quadra mais bella do anno, quando o milho começa a embandeirar, as arvores a beneficiar o curioso viajante com aprazivel ramagem, e as flores a dar gala ao solo e perfumes ao ambiente: quem, saindo da villa propriamente dita, se dirigir a um d'esses montes e trepar-lhe a encosta, observará um dos panoramas mais agradaveis que se podem imaginar, que é porventura singular em o nosso paiz, e de que a gravura acima nos dá mui imperfeita idéa, porque é muito difficil, se não impossivel, trazer para o desenho o que alli mais nos enleva e encanta.

A extensão do valle, a alvura da casaria, o amanho e fertilidade dos campos, a divisão das propriedades por meio de ordenados e brancos pilares que amparam prolongados parreiraes, a abundancia e disposição, não artistica e cuidada, mas natural e graciosa, do arvoredo, são coisas que se vêem e nos maravilham, porém que, mal podendo descrever-se, não podem, por certo, reproduzir-se na gravura. Devemos confessal-o: em as nossas curtas excursões pelo interior do paiz, nunca vimos quadro que mais nos embevecesse e extasiasse, e que nos deixasse mais grata recordação.

A villa da Louzã, sob o nome de Arouce, data de tempos immemoriaes, pois que se esta primeira povoação existiu em volta do castello, mas visinha das abas da serra, como parece indicarem os vestigios de antigas edificações na montanha onde assenta o dito castello, não ha documento algum pelo qual se possa determinar a data precisa de seu estabelecimento, ou, quando menos, declarar o nome do povo ou tribu que alli primeiramente floresceu. Recebeu foral do fundador da monarchia [1].

[1] O foral outorgado á villa de Arouce (Louzã) é de D. Affonso Henriques e começa d'este modo:

«Em nome de Deus amem. Eu ElRey dom afonso em sembra com minha molher a Raynha dona mafalda fazemos .... de doaçom e de firmidom aos homens moradores em o castello que he chamado *arouce* com os seus termos e com os montes etc.»

Deu-se este foral, provavelmente, no anno do fallecimento do fun-

Todavia, a situação da fortaleza em uma especie de promontorio cercado de fragas e penedias, na raiz das quaes serpenteia caprichosamente o rio Arouce [1], que vem do alto da serra, e que devia por força estar apartada de qualquer povoado importante, podia dar occasião, como de facto deu, a que se divulgassem interessantes fabulas. A mais curiosa, por certo, é a que nos deixou escripta, com a maior seriedade e figurando-se baseada em documentos do tempo, Miguel Leitão de Andrada, na sua admiravel e por muitas razões estimada *Miscellanea*.

II

Conta, pois, o bom de Miguel Leitão, que estando, em tempos de Sertorio, muito despercebido no seu reino de *Colimbriga* (que era então porto de mar), o opulento rei Arunce com a formosissima princeza sua filha e a corte, surgíra, nunca veiu a saber-se de que parte do mundo, um poderoso conde á frente de numerosa armada de naus e outras velas, carregadas de homens de guerra, os quaes, com grande sêde de oiro e riquezas, pela fama das que possuia aquelle rei, desembarcaram no dito porto, e levaram a desordem, o terror e o desbarato a todo o reino [2].

«E tal foi o estrago que fizeram n'aquella insigne e populosa cidade, metropole d'aquelle reino, não perdoando a coisa viva, nem ainda aos mesmos edificios (e dizem os havia n'ella admiraveis, que o fogo consumiu), e de tal feição ficou destruida, que nunca mais até o dia de hoje tornou, não tamsómente a seu antigo ser e prosperidade, mas nem ainda a ser povoada nem habitada. E tal o terror e medo dos que poderam escapar da grande crueldade dos inimigos, que nunca mais n'ella quizeram entrar nem morar [3].»

Em consequencia do que tambem o rei Arunce fugiu pela terra dentro, que n'esses tempos era pouco povoada, e veiu esconder-se em um castello que edificára «quasi nas entranhas e coração de umas serras, entre bastissimos e cerrados arvoredos», e lançando fama de que se partíra para Africa a implorar soccorros a fim de recuperar o perdido reino, metteu no dito castello a princeza sua filha com diversas pessoas de sua casa e parte de seus thesouros; pois julgava que a poria a salvo dos inimigos, «assim por o castello ser forte, respeito d'aquelles tempos, e mettido no mais escondido da serra, e fechado com tantos bosques, como tambem por estar quasi feito ilha, cercado de uma ribeira muito fresca, a qual tambem, como o dito castello, do nome do dito rei se chamou depois a ribeira de *Arunce*, e agora *Arouce*. E querem dizer que, para maior segurança de seus receios e temores de deixar assim alli sua filha e thesouros, e com elles o coração, fez encantar o dito castello com todos os thesouros que n'elle deixou, fóra do que deixou á princeza sua filha para seu gasto, e dos que devia levar, os quaes algum dia os achará quem tiver essa dita [1].»

Miguel Leitão narra em seguida, em não menos de vinte paginas, as tristezas, os amores e os suspiros da encantada princeza, e o mais que foi succedendo ás pessoas que com ella viviam reclusas no celebrado castello; falla das esperanças que Sertorio viera a alimentar de um dia haver as grandes riquezas do rei Arunce casando com sua filha; revela a traça que o dito Sertorio concebêra para poder ser correspondido, enviando de Evora para esse fim o triumviro Estella, o qual, chegando á serra (da Louzã) que dominava o castello, ahi estabelecêra o altar para as festas e sacrificios aos seus deuses, e d'este modo conseguira chamar a attenção da encantada princeza, communicando-lhe depois seu intento e suas esperanças.

O auctor d'esta fabula accrescenta que do estabelecimento do altar do triumviro Estella, que já tambem dera o seu nome á serra da Estrella, é que veiu a chamar-se altar do Trivim, por corrupção de *triumviro*, ao ponto mais alto da serra da Louzã. As palavras de Miguel Leitão de Andrada são estas:

«...e fingindo certo sacrificio e festa a seus deuses, e que havia de ser no mais alto da serra, em parte d'onde se divisasse o mar, ordenou um altar para o dito sacrificio, á vista do castello da princeza, a fim de que ella d'elle podesse ver tudo; e perguntar pelo auctor das festas, para por esta via se lhe dar a conhecer, pois era certo folgaria de ver a festa, inda que era de tão longe, e perguntaria pelo auctor d'ella, como aconteceu. Porque, ficando este altar, o qual era de pedra tosca, a modo de um castellete, como de atalaya, a eminencia e quasi a cavalleiro do dito castello, d'elle se viu tudo muito bem e se vê hoje em dia as ruinas d'elle. E ainda que Estella era sacerdote e augur ou agoureiro, comtudo se honrava mais do titulo e nome de triumvir e ordinariamente assim lhe chamavam o triumvir Estella, pela qual razão ainda hoje se apparecem e vivem as ruinas d'este altar, que para este effeito n'este tempo Estella edificou, e se chama o altar do triumvir ou de trivim, como o podeis ver se por alli passares [2].»

Pondo de parte a historia d'este encantamento e dos amores da princeza, que podiam acaso desviar-nos do nosso proposito, continuaremos a referir, com o auctor da *Miscellanea*, o que mais nos interessa. E fazemol-o de tanto melhor vontade, quanto é certo que as noticias das coisas antigas, que se encontram em livros mui pouco vulgares, quando menos pela curiosidade que despertam, são aprazives sempre, embora não sejam verosimeis, como não é, nem podia ser, a de que acima démos um transumpto, pois que devendo suppor-se que a fundação do castello de Arouce é anterior á dominação dos romanos na peninsula, e mostrando pelas suas ruinas ser uma especie de atalaya em uma dada linha de fortificações, ou pequeno refugio para uma tribu, mal admittindo uma guarnição superior a trinta homens [3], cujas accommodações não seriam alli para invejar, como poderá acreditar-se que similhante fortaleza servisse de residencia, posto que fosse encantada, a uma princeza e á sua corte?

Sigamos ainda Miguel Leitão. Depois que o dito

dador da monarchia. O traslado, que tivemos presente, e se acha hoje no archivo da camara da Louzã (sendo mandado passar para o concelho no reinado de D. Affonso V), tem a data de 1189 e figura ter sido assignado por *ElRey dom afonso, e a Raynha dona mafalda, meestre alberto chancellēr.* D. Affonso II confirmou o foral de seu avô, pois que na mesma cópia a que nos referimos lê-se mais o seguinte:

«Eu Rey dom afonso segundo pela graça de Deus Rey de portugal ensembra com minha molher a raynha dona orraca e os filhos nossos Ifantes dom sancho e dom afonso e dona lionor aquella carta e aquelle foro que Rey dom afonso meu auoo de boa memoria a nos pouadores darouce deu e outorgou outorgamos e confirmo per aquesta carta mynha a qual Eu mandey fazer e do meu seello de chumbo ascellar.»

Apesar das averiguações a que se procedeu, e se tem procedido, não se descobriu o diploma original.

Parece-nos, por isso, que o sr. dr. Henriques Sêcco se equivocou dizendo na sua curiosa *Memoria historico-corographica de Coimbra*, pag. 76, que a villa tinha foral de D. Manuel.

1 Confina o concelho da Louzã pelo N. e NE. com o de Poiares; pelo NE. e E. com o de Goes; pelo sul com o de Pedrogão Grande; e pelo O. com o de Miranda do Corvo.

Além do rio Arouce, que alli é tambem conhecido pelo nome de ribeira de S. João, corta o concelho na direcção de S. e O. em relação á villa, e desagua a distancia de cinco quartos de legoa d'elle, em Foz de Arouce, no rio Ceira, atravessa-o tambem este ao lado do N. e na distancia de uma legoa. Ha n'estes rios peixe mindo e trutas (Vid. *Memoria historico-corographica*, do sr. dr. Henriques Sêcco, pag. 74 e 75).

2 Miguel Leitão de Andrada assegura que, depois da derrota padecida pelo rei Arunce, os moradores e naturaes vieram a chamar *Condeixa* ao reino de *Colimbriga*, em razão de ser o chefe da armada um conde que a destruira; e que d'alli a annos foi edificada, mais longe do mar, a nova *Colimbriga*, que veiu ao diante a ter o nome de *Coimbra*. Vid. *Miscellanea*, pag. 413 e 414.

3 *Loc. cit.*, pag. 412.

1 *Loc. cit.*, pag. 416.

Por causa d'esta fabula, que se divulgou, como é de suppor, o povo, em diversas epochas, tem feito excavações julgando encontrar encantados thesouros; mas estes nunca se lhe depararam, e a ruina do castello, além da acção do tempo, tem ido augmentando pela ignorancia do homem.

2 *Loc. cit.*, pag. 443.

3 O esclarecido lente da universidade, o sr. dr. Forjaz de Sampaio, na sua *Viagem á serra da Louzã*, diz: «É um castello pequeno; quarenta soldados mal poderiam trabalhar dentro d'elle...»

castello de Arouce fôra deixado da princeza e sua gente, veiu, passadas muitas edades, a poder de barbaros estrangeiros arabios, que o possuiram muitos annos ou centos de annos, até que el-rei D. Affonso Henriques lh'o conquistou, segundo parecia de umas letras quasi apagadas e faltas, que inda depois se viram na capella de S. Payo (?) a qual devia ter servido de oratorio da mesma princeza, mas que o dito rei mandára limpar e benzer pelos annos 1120.

«Está este castello (continúa o auctor da *Miscellanea*) inda hoje tão inteiro como se fosse feito em nossos tempos, com quatro baluartes ao redor quasi em quadrado d'elle, que é bem alto e posto na entrada de uma peninsula que faz este rio ou ribeira em que estava a villa, a qual ainda tem sua cêrca de muros pequenos e baixos, e dentro as casas deshabitadas com só as paredes tambem baixas, e nenhuma das casas tinha porta para a rua direita, senão em travéssas muito estreitas, parece para não poderem ser offendidos de tiros de fóra. E do nome d'este rei Arunce, como já vos disse, se chamava a villa e castello de Arouce, que deu o nome tambem á ribeira, como hoje ainda se chama Arouce, o qual nome não cabendo bem na lingua dos arabios, por *Arouce* diziam *Alocan*, que elles chamam ao cavallo, e porque no tempo que foi cobrado dos christãos, a nossa lingua d'esses tempos e muitos depois como ainda agora em algumas partes de Portugal pronunciavam as palavras com uma toada prolongada no cabo pelas adocicarem em *ans*, como dizendo *Maria* diziam *Mariam*, achando *Arouce* convertido pelos arabios em *Alocan*, chamavam *Alouçam* que lhe ficou até agora esse nome. A qual villa, ou povoação d'ella, os antigos mudaram de seu antigo e primeiro assento, com o mesmo nome para onde agora está deixando só as paredes das casas como agora se vê, e isto para melhor commodidade da cultura de seus bellos campos, d'aquella sua varzea, ficando todavia o castello em poder dos officiaes da camara, que d'elle são alcaides móres [1]...»

(Continúa) BRITO ARANHA.

ABENÇOADOS SEJAM OS QUE PERDÔAM

(Conclusão. Vid. pag. 226)

Domingos fez grande esforço para acabar a triste nova.

— Não morreu, não, minha senhora: mas quem sabe o que é no tocante á honra a familia da casa do Morgado, ha de convir que mais valeria á pobre Soledade ter morrido que ter-se deixado enganar por um libertino...

— Enganada, maculada minha filha! Não póde ser, não acredito! Domingos! tu calumnias uma familia em cuja honra jámais caiu nodoa!

— Minha senhora, eu só repito o que me disse seu cunhado, o tio da menina.

— Foi meu cunhado quem te disse isso? Explica-te, que as tuas meias palavras matam-me.

— Foi, sim, minha senhora, foi seu cunhado, que com o desgosto está de cama... Contou-me que a menina fôra um dia á missa a Begonha e não voltára: perguntando aqui, perguntando alli, soube-se a final que a tinham visto passar por Zornosa na diligencia de Victoria. Com quem, dirá a senhora? com D. João, com aquelle vadio que veiu o anno passado ao Santo Antonio... Ah! tunante, a costa de Africa está chamando por ti!

Catalina fez um esforço supremo para serenar e dominar a sua dor. Conseguiu-o; porém não lhe concedâmos por isso a apotheose do heroismo, porque realmente não acreditava no que Domingos lhe referira. Era na sua casa a honra uma divindade tão alta, tão augusta, tão reverenciada, que Catalina não suppunha que alguem de sua familia podesse profanal-a.

Talvez não falte quem diga ao ler isto:

«Pobre mãe, pobre aldeã, que ignorava que em certos entes a influencia da organisação é superior á influencia da educação. O vulgo costuma dizer em som de zombaria e censura que tal ou tal pessoa *é mui apaixonada*, e o vulgo não sabe que essa zombaria e essa censura são tão injustas como as que se dirigissem a um cego só pela desgraça de ter-lhe negado Deus os olhos ao formal-o.»

Não estou em tudo conforme com este raciocinio.

Os filhos de Catalina estavam desde o alvorecer recolhendo castanhas em um souto longe da aldeia.

Catalina decidiu-se a tomar immediatamente o caminho de Bilbáo acompanhada de Domingos, e pediu a Joanna que guardasse completa reserva ácerca da desgraça que a obrigava a partir, e que explicasse a Miguel e a seus irmãos a precipitação da sua viagem, dizendo-lhes que seu tio estava gravemente doente e a mandára chamar.

A hora bastante adiantada da noite chegaram Catalina e Domingos a Bilbáo.

É facil de comprehender a cruel anciedade com que a primeira chegou a casa de seu cunhado, e a grandeza da sua dor quando não lhe ficou dúvida alguma do rapto de sua filha, e, por consequencia, da sua desgraça.

Transida de dor, Catalina regressou no dia seguinte á aldeia, porque se receiava que se divulgasse a triste noticia, e Miguel corresse em procura dos criminosos e derramasse o sangue do raptor e de sua complice. Catalina queria dar propriamente a seus filhos tão má nova a fim de refrear a indignação e a vingança de Miguel, por meio da influencia que o seu amor e a sua auctoridade de mãe exerciam sempre n'aquelle nobre e generoso mancebo.

A infeliz mãe conservava, todavia, uma esperança: a de que o raptor de sua filha não seria tão malvado que se negasse a devolver a Soledade, em quanto era possivel, a honra que lhe arrebatára: porém, ai! nem ainda esta debil e triste esperança conservou por muito tempo a pobre Catalina!

Atravessavam esta e Domingos o campo de Volantin com direcção a Salve, quando viram que se dirigia para elles uma senhora com o rosto incendido pelo pranto e pelo desgosto.

E aquella senhora veiu injuriar Catalina por sua desgraça, revelando que era esposa do raptor de Soledade.

Depois de ouvir esta tremenda revelação, Catalina não ouviu mais; e se ouviu as palavras injuriosas que se lhe dirigiam, não tratou de repellil-as. Que peso podiam accrescentar á sua desgraça, á sua mortal vergonha, algumas injurias proferidas por uma desventurada mulher ferida no seu orgulho e no seu coração!

Catalina e Domingos dirigiram-se para a aldeia: a primeira com os olhos enxutos, mas com o coração ferido de morte, e o segundo sem poder conter as lagrimas que se lhe accumulavam nos olhos.

Assim que chegou a casa, Catalina revelou a seus dois filhos mais velhos a desgraça que pesava sobre a sua familia. Foram terriveis a dor e a indignação que os dois mancebos experimentaram ao receber aquella noticia; porém Catalina disse-lhes em tom solemne:

— A vingança só é licita á justiça do ceo e á justiça da terra. Esqueci a vossa irmã; porém, se um dia chamar desamparada á vossa porta ou ao vosso

[1] O sr. dr. Henriques Sêcco, na sua *Memoria* já citada, parece não conformar-se com o auctor da *Miscellanea* n'esta parte, pois diz que ha quem sustente que por ser o castello formado de pedras, a que chamam *louzas*, se começou a chamar o castello das *louzas*; e assim villa das *louzas* a que hoje chamâmos *Louzã*.

coração com as lagrimas do arrependimento, protegei-a, meus filhos, com o manto da misericordia e do perdão, pois além de ser vossa irmã, será uma creatura fraca e desventurada.

— Minha mãe! respondeu Miguel inclinando o rosto banhado em pranto, assim o faremos, porque Deus e vossemecê assim nol-o mandam.

Catalina encostou-se em seguida, ao que parecia alguma coisa tranquilla e resignada; porém Miguel, que a conhecia a fundo, disse a seu irmão:

— Vae correndo chamar o medico.

— Não te assustes, que está socegada.

— Vae depressa, que a sua tranquillidade parece-se com a dos mortos.

O medico veiu em poucos minutos, e determinou que se chamasse o reverendo cura.

Na manhã seguinte os sinos da egreja tocavam a defunctos, e na aldeia não havia ninguem que não chorasse, encommendando a Deus a alma de Catalina.

N'aquelle mesmo dia poz-se o crepe negro que vi no escudo das armas da casa do Morgado.

VII

Decorrêra um mez depois da morte da pobre Catalina.

Em uma humilde agua-furtada de Bayona chorava e cosia uma joven que parecia a sombra de Soledade.

De subito estremeceu e levantou-se admirada de ouvir a voz de seu irmão Miguel, que chamava por ella á porta da sua habitação.

Miguel entrou na agua-furtada. Soledade, cada vez mais aterrada, inclinou a fronte para o solo sem se atrever a encarar o irmão, julgando que n'aquelle momento se lavaria com sangue a falta que commettêra.

— Soledade! minha querida irmã! exclamou Miguel estreitando-a nos braços com os olhos anuviados de lagrimas.

Ouvindo aquella voz carinhosa, sentindo-se apertada por aquelles braços amorosos, e sentindo em seu rosto o calor d'aquellas lagrimas, atreveu-se a fitar os seus olhos nos do irmão, e então reparou em que este trajava rigoroso lucto.

Ia perguntar a seu irmão que nova desgraça pesava sobre a sua familia, porém Miguel anticipou-se á sua pergunta dizendo-lhe:

— Soledade! a nossa casa já não tem quem a dirija e governe. Vem, vem occupar o logar que nossa boa e santa mãe deixou vago quando se partiu para o ceo.

Soledade caíu morta no solo sem sentidos ao ouvir estas palavras.

A sua dor devia ser tão cruel, tão profunda, tão horrivel, que sem dúvida bastou para redimir a sua culpa, se porventura não bastára o que a pobre menina padecêra desde que D. João escarnecêra da sua innocencia.

Soledade voltou a si, passados alguns momentos, graças aos solicitos cuidados de Miguel, e os dois irmãos regressaram á aldeia no dia seguinte.

Com que dor profunda, com que mortal angustia, com que immensa vergonha, tornava Soledade áquella aldeia, que deixára nobre e immaculada como sua mãe, pura como as flores dos valles nativos!

Miguel procurou evitar a sua irmã a passagem por Bilbáo, para tambem evitar-lhe a vergonha e a dor que deviam causar-lhe aquelles sitios que foram theatro de seus primeiros e desgraçados amores!

Atravessaram a cordilheira de montanhas que dominam a invicta villa pelo norte, e cujos atalhos eram muito conhecidos dos dois irmãos.

O dia estava formoso.

A animação e a alegria reinavam no fundo do valle do Ibaizabal.

Soavam os sinos na falda da montanha, por cuja cuspide seguiam Miguel e Soledade. Eram os do sanctuario de Begonha.

O que Soledade sentiu quando ouviu aquelles sinos póde talvez comprehender-se, porém não póde explicar-se.

Os sinos de Begonha não soavam tristemente para os que tinham alegre o coração, ou para aquelles que em seu soido apenas achavam a recordação do ceo; mas para Soledade soavam muito tristes, muito lugubres: tocavam a defunctos!

Ai do que tem um remorso no fundo da alma, que para esse as alegres alvoradas de S. João serão as tristes vesperas de finados!

Soledade e Miguel continuaram, continuaram tristemente o caminho até que da outra altura, do outro lado do fundo do valle povoado de carvalhos e castanheiros, viram surgir, d'entre o arvoredo que o coroava, a torre de uma egreja, em cuja base e através da ramagem alvejavam algumas casas.

Era a sua pacifica, formosa, nobre e honrada aldeia.

A dor, um tanto serenada nos viajantes ao sairem de Bayona, mas exacerbada pouco a pouco depois, e especialmante quando dominaram o valle do Ibaizabal, chegou ao seu cumulo quando Soledade descobriu a torre da aldeia natal, quando viu aquelle arvoredo e aquellas collinas, onde com a alma tão tranquilla e a fronte tão levantada discorrêra com as companheiras da sua infancia, ante as quaes teria agora que humilhar a fronte confusa e envergonhada.

Uma torrente de lagrimas brotou dos olhos de Soledade, que teve necessidade de encostar-se ao braço de seu generoso irmão para não cair no solo annihilada pelo peso de sua dor.

Os dois jovens continuaram lentamente o caminho: Soledade desfazendo-se em lagrimas; e Miguel, dissimulando a tristeza que tambem lhe enluctava a alma, empregava todos os thesouros do amor fraternal para consolar sua irmã.

Era domingo.

E o dia estava formoso, como já disse.

O parocho da aldeia, que costumava ler ás freguezas antes do offertorio da missa uma passagem da Biblia, lêra n'aquelle dia a santa parabola da mulher adultera.

— O que se julgue sem mácula atire a primeira pedra! dizia com Jesus o sacerdote.

Estas palavras despertaram mil nobres remorsos e mil generosos propositos no coração dos aldeãos: remorsos de não ter perdoado e propositos de perdoar.

Miguel e sua irmã apressaram o passo ao chegarem junto á aldeia, para atravessar esta antes que deixasse de estar quasi deserta, isto é, antes que os comparochianos saíssem da missa.

Entraram no campo contiguo á egreja, e, com effeito, acharam a aldeia solitaria.

Mas de repente abriu-se a porta da egreja, e viu-se o adro povoado por quasi todos os moradores da aldeia.

Se a culpa de Soledade fosse grande, grande seria tambem a expiação que n'aquelle instante veiu apagal-a, porque nos admiraria a dor de Soledade se nos fôra dado observar o fundo d'aquelle coração amargurado e martyrisado.

Um grito de alegria e não de maldição acolheu o anjo caído e rehabilitado pelo infortunio.

Soledade só encontrou compaixão e amor nos moradores da aldeia.

Todos pensaram n'esta, que Soledade era muito desgraçada, nenhum que era culpada, e nem ao mais justo occorreu atirar-lhe a primeira pedra.

Bemaventurados sejam, pois, os que choram e bemaventurados os que perdoam!

TITULOS DE NOBREZA EM PORTUGAL

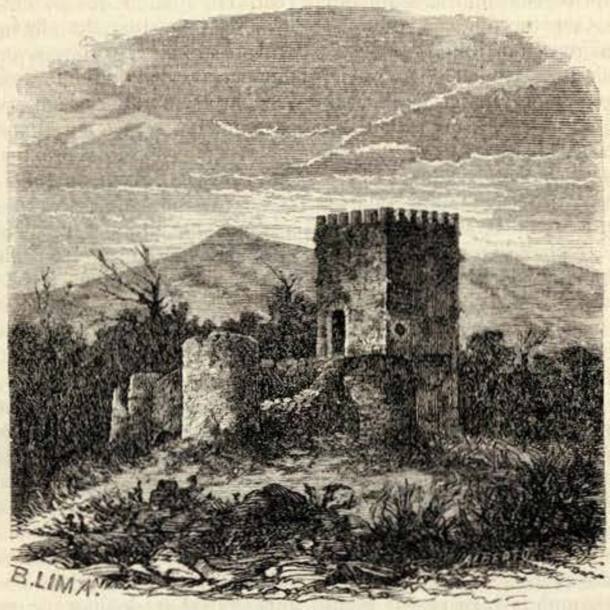
(Vid. pag. 198)

VIII

MARQUEZ

O costume introduzido pelos imperadores romanos de se dar aos governadores das terras da fronteira do imperio o titulo de condes, foi adoptado, como observámos em outro logar, pelos differentes povos que destruiram o poder de Roma, ou que reconquistaram por meio d'esta catastrophe a sua nacionalidade e autonomia. Na Allemanha começaram a intitular os governadores das provincias da fronteira *markgraff*, palavra composta de dois vocabulos allemães: *mark*, marca, limite ou fronteira, e *graff*, conde. No reinado do imperador Carlos Magno foram concedidos a esta dignidade varios privilegios, entre os quaes avultava o de não reconhecerem como superiores os duques a que pertencia o territorio de que fazia parte o margraviado. Por conseguinte, o margrave só ao imperador devia respeito e obediencia. Com taes prerogativas fez-se esta dignidade appetecida de pessoas muito illustres por sangue, e até de principes; de sorte que no seculo XII foi aquelle titulo declarado hereditario, e pouco tempo depois os margraves foram creados principes do imperio.

O margrave de Brandeburgo, elevado mais tarde ás honras de *eleitor do imperio*, foi em 1701 acclamado rei da Prussia. Chamava-se este principe Frederico Guilherme, e a historia deu-lhe o epitheto de Grande pelas victorias que engrandeceram e serviram de base ao novo reino.



Castello da Louzã

Conta-se actualmente na Allemanha quatro provincias que ainda conservam o titulo de margraviado, e são: Brandeburgo, pertencente á Prussia; Misnia, que faz parte da Saxonia; Baden, que é do grão-ducado do mesmo nome; e Moravia, que pertence á Austria. Foi este titulo de margrave que deu origem ao de marquez.

Assim tambem na Italia denominaram *marchiones* os capitães a quem era confiado o governo das *marcas* ou terras da fronteira. D'esses tempos remotos ainda conservam o nome de marcas algumas provincias italianas, taes como a marca de Ancona e a marca Trevisana. O imperador Carlos Magno chamou marca de Hespanha ao paiz por elle conquistado áquem dos Pyreneos, desde as vertentes occidentaes d'esta cordilheira até ás margens do Ebro. Depois dividiu a marca de Hespanha em duas provincias: marca de Gascunha, com Pampelona por capital; e marca de Gothia ou de Septimania, cuja capital era Barcellona. D'esse nome e divisão territorial, que com alguma modificação passou da Hespanha dos godos para Portugal, ainda permanece entre nós a palavra *comarca*, que hoje serve para designar a divisão judicial do reino e suas possessões ultramarinas.

Do mesmo modo que na Allemanha, foram na Italia varios marquezados declarados hereditarios, e não tardou que constituissem estados soberanos independentes, como foram o de Mantua e o de Ferrara.

Sendo aquella mesma organisação applicada ás Gallias, que comprehendiam pouco mais ou menos o territorio da França actual, houve ahi os capitães ou governadores das marcas, que na linguagem do paiz se chamavam *marches*. D'este vocabulo se originou mais tarde o de *marquis* (marquez), que principiou a usar-se no reinado de Luiz I, o Bom, imperador do Occidente e rei de França, filho do imperador Carlos Magno, a quem succedeu no throno no anno de 814. Passados tempos começaram os reis de França, e tambem os soberanos de outros paizes do norte, a conceder o titulo de marquez como mercê simplesmente honorifica. Em alguns reinos os marquezes tomavam logar, nas funcções da corte, immediato aos duques; n'outros sentavam-se abaixo dos condes, como inferiores a estes. Explicada a origem d'aquelle titulo de nobreza, resta-nos tratar da sua introducção em Portugal.

Diz-se, e encontra-se em alguns livros, cujos auctores escreveram com falta de averiguação, que el-rei D. Affonso V trouxera de França a idéa de crear no seu reino o titulo de marquez. Para destruir tal opinião é bastante a confrontação de datas. Este soberano fez marquez de Valença a seu primo, D. Affonso, conde de Ourem, filho primogenito de D. Affonso, 1.º duque de Bragança, por carta de 14 de outubro de 1451. A sua viagem a França realisou-se d'ahi a vinte e cinco annos, em 1476.

Ha tambem quem julgue que, se não foi a França buscar a idéa, de lá lhe veiu pela communicação que teve em seu reino com muitos francezes, e pelas relações que entreteve com a corte de Carlos VII e de Luiz XI, relações que mais tarde o levaram a Paris, na esperança de obter soccorros com que podesse recuperar o throno de Castella para sua sobrinha e desposada, a rainha D. Joanna, a quem a sorte adversa obrigou a final a trocar a coroa real pelo véo de freira no convento de Santa Clara de Coimbra.

Todavia, a nossa opinião é muito differente de todas as que a este respeito temos visto enunciadas.

Effeituou-se o consorcio da infanta D. Leonor, irmã del-rei D. Affonso V, com o imperador de Allemanha, Frederico III, por procuração na cidade de Lisboa aos 9 de agosto de 1451. Como os nossos assignantes estarão lembrados, pelo que escrevemos ácerca d'este acontecimento no vol. IV d'este semanario, adiaram-se as festas com que se deviam solemnisar estas bodas, em consequencia de adoecerem os dois embaixadores de Frederico III com febres, em resultado da fadiga das jornadas, que fizeram por terra, desde a cidade de Saltzburgo, na Allemanha, até Lisboa. Depois de restabelecidos, resolveu a infanta, já então imperatriz, fazer uma viagem de despedida pelo interior do reino. Partiu, com effeito, de Lisboa, acompanhada de numeroso sequito, em que iam os ditos embaixadores, e discorreu pela provincia do Alemtejo e reino do Algarve. Regressando a Lisboa em principios de outubro, deram-se começo aos festejos

nupciaes no dia 13 do mesmo mez, e só no dia 25 se realisou o embarque da imperatriz.

Ora sendo datada do dia 14 do dito mez de outubro a carta régia que creou marquez de Valença a D. Affonso, conde de Ourem, e tendo sido nomeado este principe por el-rei D. Affonso V para acompanhar a imperatriz D. Leonor á Allemanha, e assistir á celebração do consorcio por palavras de presente, na qualidade de representante del-rei de Portugal, póde dar-se como certo, em nosso entender, que duas razões moveriam D. Affonso V a fazer aquella mercê: A primeira consistiria, sem dúvida, em querer recompensar o serviço que lhe prestava o conde de Ourem emprehendendo aquella viagem e promptificando-se a desempenhar á sua custa as funcções de tão dispendioso cargo. A segunda razão, que talvez deveramos pôr em primeiro logar, seria, certamente, a idéa de que não convinha á dignidade da sua coroa que seu primo e representante apparecesse na corte de Frederico III com um titulo inferior aos que na Allemanha se davam ás pessoas da sua gerarchia.

As ceremonias da investidura do titulo de marquez são referidas por Garcia de Rezende na *Chronica del-rei D. João* II, descrevendo as que se praticaram quando em 1489 este monarcha elevou a D. Pedro de Menezes, conde de Villa Real, á dignidade de marquez do mesmo titulo. Diz assim o chronista:

«El-rei estava ricamente vestido em uma sala armada de rica tapeçaria e docel de brocado, e sua cadeira real em alto estrado, e el-rei em pé, com a mão posta na cadeira, encostada ao docel; e com elle o principe e o duque [1], e muitos senhores e nobre gente, todos vestidos de festa. O marquez veiu da sua poisada a pé, acompanhado de muitos, honrados e nobres fidalgos, e com trombetas e atambores, charamellas e sacabuxas, e muita gente, e diante delle homens do conselho del-rei, fidalgos de muita auctoridade. Um trazia nas mãos o estandarte das suas armas com pontas; outro uma espada mui rica, mettida na bainha, com a ponta para cima, alta, na mão direita; e outro uma carapuça de seda, forrada de arminhos, posta em um bacio (salva) de prata, lavrado de bastiães. E n'esta ordem entrou na sala, e foi assim até chegar ao estrado, onde estava el-rei; e depois de feitas suas mesuras, os officiaes fizeram casa calada (impozeram a todos silencio), e o chancellermór, João Teixeira, fez uma arenga, em linguagem dos louvores del-rei e dos grandes merecimentos do marquez, e seus muitos assignalados e leaes serviços, e assim dos de que descendia, e declarou que el-rei o fazia novamente marquez de Villa Real e conde de Ourem. Acabada a oração, que foi muito bem dita, el-rei fez chegar o marquez ante si, e tomou a carapuça do bacio e poz-lh'a na cabeça; tomou a espada e cingiu-lh'a por cima dos vestidos, e da cinta lh'a tirou nua, e com ella lhe cortou as pontas do estandarte, que ficou em bandeira quadrada, como de principe; tomou um annel de um rico diamante e por sua mão lh'o metteu em um dedo na mão esquerda. Acabado isto, o marquez, com os joelhos em terra, beijou a mão a el-rei e ao principe; e o principe e o duque beijaram a mão a el-rei, e assim todos os outros senhores e pessoas principaes que ahi eram. O marquez foi aquelle dia convidado del-rei, e comeu com elle á mesa, que assim era ordenado, em a sala ricamente armada, com docel de brocado, e grande baixella, com todos os officiaes e ministros, e muitas iguarias, tudo em muita perfeição. El-rei estava assentado no meio do docel, e o principe á mão direita, e além do principe o marquez; e da outra parte del-rei, á mão esquerda, estava o duque, e assim comeram todos com grande festa. Acabado de comer, e el-rei recolhido, o marquez, com muita honra e muito acompanhamento de senhores e nobre gente, e muitas trombetas e atambores, charamellas e sacabuxas, se recolheu á sua poisada. Depois houve em casa do marquez muitos dias festas de danças e mui abastados banquetes. E, como nobre e grande senhor, deu algumas dadivas honradas aos officiaes que fizeram seus despachos.»

[1] Era o duque de Beja, D. Manuel, que ao diante foi rei.

Como os nossos leitores terão notado, estas ceremonias faziam alguma differença das que tinham sido usadas pelos antecessores del-rei D. João II na investidura dos titulos de conde e duque. Com o correr do tempo todas caíram em desuso, sendo substituidas pela simples visita do agraciado ao paço, logo depois da mercê, a levar ao soberano a homenagem dos seus agradecimentos e respeito.

Na antiga corte de nossos reis os marquezes sentavam-se no paço e na capella real abaixo dos duques, em cadeiras rasas, isto é, sem costas, com almofadas de veludo preto, e collocadas fóra do estrado real, em quanto que as dos duques eram postas sobre o estrado. Quando fallavam em publico a el-rei levavam a mão ao chapéo ou carapuça, levantando-o um pouco, sem comtudo descobrir a cabeça. A rainha recebia as marquezas em pé, sobre o estrado, e logo as mandava sentar em almofada de veludo preto, fóra do mesmo estrado. Para receber as duquezas, assim que estas entravam na sala, dava a rainha um passo, como que para lhes sair ao encontro, e mandava pôr a almofada, tambem de veludo preto, sobre o estrado.

A coroa ou coronel de marquez, que se põe sobre seus escudos d'armas, é aberta e composta de florões, alternadas com perolas. E a de duque compõe-se toda de florões e é fechada ou coberta de veludo carmesim. A de conde, tambem aberta como a de marquez, consta só de um diadema guarnecido de bicos, e cada um d'estes rematado por uma perola.

D'aquellas usanças apenas resta a designação honorifica dos logares nas solemnidades da corte, tomando os duques logar junto do throno, abaixo d'elles os marquezes, e depois os condes.

O marquez de Valença, D. Affonso, morreu em vida do duque seu pae, sem tomar estado, mas deixou um filho bastardo, chamado D. Affonso de Portugal, a quem el-rei D. João II obrigou a seguir a vida ecclesiastica, dizem que para o corrigir de verduras da mocidade. Este D. Affonso foi bispo de Evora, e teve um filho a que poz nome de D. Francisco de Portugal, a quem el-rei D. Manuel fez conde de Vimioso em 2 de fevereiro de 1515. El-rei D. João V renovou o titulo de marquez de Valença na pessoa de D. Francisco de Portugal, 8.º conde de Vimioso, por carta de 10 de março de 1716. O 5.º e ultimo marquez de Valença, e 12.º conde de Vimioso, foi D. José Bernardino de Portugal e Castro, e o 13.º e ultimo conde de Vimioso, seu filho, D. Francisco de Paula de Portugal e Castro, fallecido ha poucos annos, deixando viuva a sr.ª condessa de Vimioso, D. Maria Domingas de Castello-Branco, filha dos 2.ºˢ marquezes de Bellas. Sua filha, a sr.ª D. Maria José de Portugal e Castro, hoje casada com o sr. D. Fernando de Sousa Coutinho, filho herdeiro dos srs. condes de Redondo, é a actual representante do 1.º marquez que houve em Portugal, e, por conseguinte, d'essa illustre vergontea da arvore genealogica dos duques de Bragança.

O mesmo rei, D. Affonso V, creou durante o seu reinado mais dois marquezados, o de Villa Viçosa e o de Montemór: o primeiro por carta de 25 de maio de 1455, em favor de D. Fernando, conde de Arrayolos, irmão do mencionado marquez de Valença, e que por morte d'este veiu a ser herdeiro da casa e ducado de Bragança, succedendo a seu pae, o duque D. Affonso; o segundo, em 1472, na pessoa de D. João, 2.º filho do dito marquez de Villa Viçosa, a esse tempo já duque de Bragança.

Os successores de D. Affonso v até el-rei D. Sebastião fizeram tanta estimação do titulo de marquez, que raras vezes o concederam, e só por serviços muito relevantes ou a pessoas de estirpe real. No primeiro caso estava D. Pedro de Menezes, conde de Villa Real, elevado a marquez do mesmo titulo por el-rei D. João II, mas que, além d'isso, era nobilissimo por sangue. No segundo caso se achavam D. João de Lencastre, filho de D. Jorge de Lencastre, duque de Coimbra, filho bastardo del-rei D. João II, ao qual el-rei D. João III fez marquez de Torres Novas; e D. Rodrigo de Mello, filho de D. Alvaro, irmão de Fernando, 2.º do nome e 3.º duque de Bragança, a quem el-rei D. Manuel fez conde de Tentugal, e el-rei D. João III marquez de Ferreira em 13 de junho de 1535. Foram os Filippes de Castella que, para chamarem ao seu partido a nobreza de Portugal, começaram a prodigalisar o titulo de marquez.

(Continúa) I. DE VILHENA BARBOSA.

LUIZ DE CAMÕES

(Vid. pag. 220)

II

Traçámos as primeiras linhas d'esta existencia tão cortada de perseguições e de desgostos; concluiremos rapidamente o que pertence á vida mundanal e terrena, para depois entrarmos na contemplação do que é syderal e perpetuo.

Livre da prisão em que o tinha lançado a malvadez de Miguel Rodrigues, pensou Camões em se tornar á patria, e em passar n'ella os ultimos annos. Não era confiança na justiça dos homens o que o fazia volver o olhar para o seu ninho: eram saudades que lhe andavam pelo coração, saudades de outros tempos melhores, e de outros sonhos que o desengano lhe dissipára como fumo.

Era este o objecto dos seus pensamentos, quando Pedro Barreto, despachado capitão-mór de Sofala, o obrigou com rogos e promessas a fazer-se seu companheiro. Deixou-se o poeta levar na onda, para bem depressa lhe sentir a perfidia. Apenas chegado a Moçambique, assentou quebrar o captiveiro e romper os laços de ferro com que a perversidade o havia maniatado. Quando os elementos parecem conluiar-se todos e fazer bando contra qualquer, força é dobrar a cabeça e deixar que as trovoadas desabem; quando, porém, a tyrannia consubstanciada n'um dos seus apostolos atira a braga aos pés de um homem, o escravo parte-a e liberta-se.

So every bondman in his own hand bears
The power to cancel his captivity [1]!

Quando a nau *Santa Fé* aportou n'aquella ilha, Heitor da Silveira, Diogo do Couto e outros, que então vinham para o reino, offereceram passagem franca ao poeta, que alli vivia *comendo de amigos*, segundo a expressão do historiador.

O drama de Goa tinha de repetir-se em Moçambique; Fios Seccos, á similhança da divindade gentilica, devia de seguir o curso das suas encarnações. Pedro Barreto mandou prender o poeta por duzentos cruzados, que dizia haver gasto com sua matalotagem desde a India até alli. N'este lance os amigos fintaram-se, e o capitão-mór recebeu a quantia em troca de Luiz de Camões.

N'esta viagem vinha elle escrevendo um livro, de que nos falla Diogo do Couto, e cuja perda é ainda hoje lamentada por todos; este livro era o seu *Parnaso*, porventura o cofre precioso das mais sentidas aspirações da sua alma, dos mais maviosos suspiros da sua musa.

Chegado a Lisboa (1570), encontrou a cidade a braços com aquella medonha contagião, a que se deu o nome de grande peste; o jesuitismo lavrava pelo reino desenfreado e implacavel; o moço rei D. Sebastião ia tenteando, com a imprudencia dos adolescentes, as margens d'aquelle abysmo, onde em poucos annos havia de mergulhar com a patria. Quem daria ouvidos ao canto energico do grande épico? quem iria saudar, como a uma aurora de renascença, o soldado, o trovador que vinha da India,

«. . . . . .Rico!.., certo:
Dè feridas ao menos [1]. . . . .»

como exclama um seu irmão no talento? Quem lhe enxugaria com os desvelos da admiração e do affecto aquellas lagrimas de amargura e de desconforto? Lá o diz elle na sua egloga:

«Que sendo assim, te digo
Que não espero mais
N'esta para mim sempre ingrata terra.
Quem traz guerra comsigo
Entre seus naturaes,
Não deve d'estranhar estranha guerra.
Sem mim de serra a serra
(O ceo assim o queira),
Logrem meus inimigos
Os valles e pacigos
D'esta, d'onde nasci, fresca ribeira;
Na qual (se não me engano)
Inda será chorado Limiano [2].»

Tres annos depois (1572) saía a lume o seu poema, o primeiro dos tempos modernos, o precursor dos cantos épicos que ao diante acordariam a Europa, mas que tinham tido na sua tuba as primeiras notas homericas. Não era elle simplesmente a glorificação de um heroe, não era a divinisação de um feito brilhante, não era a palma florida deposta no regaço de um triumphador; era a apotheose sublime de uma nação inteira, eram cinco seculos emmoldurados em bronze, era a historia de um povo gravada n'uma pyramide. Nos *Lusiadas* o protogonista é a patria [3].

Duas edições se fizeram no primeiro anno da sua publicação; a fama do poeta dilatava-se por entre nacionaes e estrangeiros; mas não bastava ella a isental-o da penuria cruel nem dos desconfortos occultos. El-rei, havendo respeito ao serviço feito por elle nas partes da India por muitos annos, e á informação do seu engenho e habilidade, houve por bem de lhe fazer mercê de quinze mil réis de tença em cada um anno, por tres annos sómente.

Soberba recompensa, galardão proprio de rei foi este! Não bastava, porém, essa pensão cerceada e mesquinha para que a fome (digamol-o com amargura) para que a fome deixasse de minar lentamente o poeta. Oito annos teve elle de estender a mão á caridade encolhida dos mesmos para quem fôra tão prodigo; oito annos durou aquelle devorar medonho de opprobrios, aquelle desamparo vergonhoso, aquella indigencia cruel, aquella brutalidade da patria. Por fim, o corpo não póde mais com o peso de tantos infortunios; as margens tiveram de ceder ás correntes e ás tempestades. O espirito sacudiu as azas do que era limo terreno, e levantou-se depois até ás espheras luminosas, para contemplar lá de cima essa aurora de immortalidade que havia de estender-se pelo mundo em ondulações ineffaveis.

[1] Shakespeare — *Julius Cæsar*, act. I, scene III.

[1] Garrett — *Camões*, canto I, pag. 13.
[2] Camões, egloga XI.
[3] Simonde de Sismondi — *De la littérature*, etc., tomo IV, pag. 331.

O anno em que falleceu Camões foi o de 1580. Enterraram-n'o em sepultura rasa, ao lado esquerdo da porta principal da egreja do convento de Sant'Anna, que então servia de parochia; até que, dezeseis annos depois, D. Gonçalo Coutinho o mandou trasladar para uma jazida particular no meio da egreja, e sobre ella fez inscrever o tão conhecido epitaphio:

Aqui jaz Luiz de Camões
Principe
Dos Poetas de seu tempo.
Viveu pobre e miseravelmente:
E assi morreu.
Anno MDLXXIX.
Esta campa lhe mandou aqui pôr
Dom Gonsalo Coutinho, na qual se
Não enterrará pessoa alguma.

As palavras *viveu pobre e miseravelmente, e assim morreu*, que alguns biographos dizem fazer parte do epitaphio, são por outros rejeitadas como falsas. O facto é que Luiz de Camões não passou a vida n'aquella penuria constante que ellas indicam; teve os seus claros de mediania, pequenos no meio de tantas privações, mas sufficientes para destruirem o absoluto do letreiro. Um critico a muitos respeitos mais valioso do que o consideram alguns escriptores argueireiros, expoz sobre a dúvida um bom numero de argumentos sensatos [1]. Pela nossa parte, citámos o epitaphio conforme é tradição, sem deixarmos, todavia, de nos inclinar para a opinião dos que negam a sua indefectivel e completa authenticidade. Na data da morte ha, demonstradamente, erro palmar [2].

Alguns annos depois, o escrivão da puridade del-rei D. Sebastião, Martim Gonçalves da Camara, mandou gravar na mesma lapida uns disticos latinos, da lavra do padre Mattheus Cardoso, disticos onde a hyperbole apopletica parece correr parelhas com a má fé de quem os escreveu ou segredou.

Antes de proseguirmos e encetarmos a apreciação litteraria do nosso grande épico, temos por indispensavel dizer qual o nosso juizo ácerca de dois pontos importantes na biographia de Luiz de Camões. Referimo-nos ao logar da sua morte e á existencia do seu decantado escravo. Quanto ao primeiro, ha muito que as opiniões divergem e combatem; pelo que respeita ao ultimo, confessâmos ingenuamente ser o primeiro que se não conforma com o desenho tradicional.

Morreu Camões na sua pobre casa de Sant'Anna, ou foi antes n'um hospital publico? De um lado temos D. José Maria de Sousa, firmado no testimunho de fr. Josepe Indio; e do outro a excellente memoria do bispo de Vizeu. Para qual das cuias pende a balança? Se me podessem provar que o exemplar possuido por lord Holland pertencêra indubitavelmente ao religioso das Indias, penso que vacillaria em me acolher ao bando contrario. Assim não; ficó pela palavra honrada do morgado de Mattheus, sem crer que a alludida nota no frontispicio dos *Lusiadas* seja dogma em materia biographica [3].

A existencia do Jau é que é para nós mais do que duvidosa. Afizemo-nos a collocar ao lado de Camões o semblante melancolico de um indio fiel, submisso, heroicamente devotado ao poeta, ao amo querido; costumámo-nos a imaginal-o mendigando de porta em porta, em quanto Camões definhava no leito, velando-lhe á cabeceira, amparando-o, adoçando-lhe com os carinhos da amizade cega o amargo das ingratidões da patria; acceitámos a lenda com as suas illuminuras poeticas, e tivemos receio de negar ao cantor o unico amigo na desventura, o companheiro nas tribulações e nas miserias.

Qual é, todavia, a prova segura? qual o testimunho insuspeito? quem viu esse malaio abrir a mão acobreada para recolher as parcas mealhas dos transeuntes? quem esculpiu, quem lavrou nos marmores da historia esse quadro de dedicação e de sacrificio? Pois o poeta, o que deu a perpetuidade aos que apenas tiveram baldões e injustiças para o amesquinharem e opprimirem, não teria uma estança, um verso, uma nota para pronunciar o nome d'esse amigo? Seria elle tão ingrato como todos? Não se lhe abriria o coração n'um arroubo, n'um grito de reconhecimento? É impossivel. Quando elle, no extremo quartel da vida, escrevia a sua bellissima canção:

«Vinde cá, meu tão certo secretario
Dos queixumes que sempre ando fazendo,
Papel, com quem a penna desafogo;»

canção esta que é, por assim dizer, um relancear d'olhos por todas as circunstancias da sua existencia mofina, quando a escrevia, repito, não lhe diria a consciencia que era dever pagar com o oiro dos seus cantos as lagrimas e os desvelos de um pobre escravo? N'essa columna onde a sua mão traçou tantos nomes gloriosos, tantos factos brilhantes, tantas revelações sentidas, não haveria espaço para a mais nobre de todas as inscripções?

O silencio do poeta confuta a asseveração dos biographos; o homem que levantou um templo com as suas obras, para dentro d'elle abrigar e defender as reliquias venerandas da patria, não podia arremessar ao almargem do esquecimento o amigo que, na via dolorosa, lhe enxugára o suor do rosto e lhe aligeirára o peso da cruz.

Podem levantar em nuvens a poeira das lucubrações, podem accumular e sotopor affirmativas, podem embravecer com o tridente da sapiencia as ondas fofas dos commentarios; nem me convencem, nem me demovem. Era necessario que Camões não fosse Camões para poder ser um ingrato.

Temos até aqui exposto os principaes successos da vida do nosso épico; dobremos agora o joelho diante d'esse monumento em cuja cupula elle hasteou a nossa bandeira e a distendeu ao sol da immortalidade.

A obra de Camões está sobejamente aquilatada para que tenhamos a idéa de esclarecer ou explanar qualquer traço. Ha tres seculos que o mundo passa maravilhado por este caminho de cedros e de aloendros; não ha, de certo, devezas occultas nem clareiras desconhecidas. O que eu farei é ir colhendo n'este ou n'aquelle balsedo alguma flor de cheiro mais suave e de escarlate mais vivo; é ir entretecendo essa grinalda votiva que os soldados bisonhos tem de ajuntar aos loiros do triumphador.

Esta palavra — Camões —, que perto de trezentos annos pesou sobre a consciencia do paiz como um remorso, pronuncia-se hoje de cabeça erguida e com o semblante desanuviado. Acordámos do marasmo, e fomos, com a devoção da pobre mulher do Evangelho, deitar o nosso obolo no regaço até alli esquecido; aonde não se elevou o bronze subiu o enthusiasmo, o que havia de pequeno na pedra desappareceu em frente d'aquella enormidade de expansões. Porque o titão fendêra um rochedo para moldar n'elle o busto da patria, não era bem que esta deixasse de lhe consagrar uma lapida. O reconhecimento deve de ter o seu culto; este culto encerra sempre a grandeza e a magestade na sua propria significação. Sabemos bem, como alguem disse, que S. Pedro de Roma não dá pelo tornozelo do Dante; mas tambem sabemos que uma estatua levantada ao genio tem, de força, embora modesta, a sántidade de um altar.

(Continúa) E. A. VIDAL.

[1] Costa e Silva — *Ensaio*, etc., tomo III, pag. 113 e 114. — *Retratos e elogios dos varões e donas*, etc.
[2] V. de Juromenha, etc.
[3] *Mem. da acad. r. das sc.*, tomo VII, pag. 230. — Costa e Silva — Cit., tomo III, pag. 111.

Lisboa — Typographia de Castro Irmão — rua da Boa-Vista — palacio do conde de Sampaio